

Salário mínimo pode chegar a R\$ 1.741 em 2027, mas valor ainda depende da inflação



O salário mínimo poderá passar dos atuais R\$ 1.621 para R\$ 1.741 em 2027, segundo a nova projeção do governo federal. Caso a estimativa seja confirmada, o reajuste será de R\$ 120, equivalente a aproximadamente 7,4%.

A nova previsão foi apresentada na segunda-feira (24) pelo ministro da Fazenda, Dario Durigan, e deverá constar no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2027, que será encaminhado ao Congresso Nacional até 31 de agosto.

Apesar de representar uma elevação nominal importante, o valor projetado ainda não é definitivo. A definição do novo piso dependerá principalmente do comportamento da inflação até o fim deste ano.

A atual estimativa também representa uma revisão em relação à previsão apresentada pelo governo em abril, durante a tramitação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Na ocasião, o Executivo trabalhava com um salário mínimo de R\$ 1.717 para 2027. A nova projeção, portanto, é R\$ 24 maior.

Reajuste considera inflação e ganho real

Pela política vigente de valorização do salário mínimo, o reajuste considera a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), acrescida de ganho real limitado a 2,5%.

O INPC acompanha a variação de preços para famílias com renda de até cinco salários mínimos, e o índice acumulado até novembro será considerado no cálculo do novo piso.

Isso significa que os R\$ 1.741 anunciados pelo governo representam apenas uma projeção. Caso a inflação fique acima ou abaixo do esperado, o valor poderá ser novamente ajustado.

A previsão também incorpora aumento real, ou seja, uma elevação do salário mínimo acima da inflação. Na prática, isso representa uma tentativa de ampliar o poder de compra de trabalhadores e beneficiários que têm seus rendimentos vinculados ao piso nacional.

Impacto vai além dos trabalhadores

O reajuste do salário mínimo não afeta apenas quem recebe remuneração equivalente ao piso. O valor também serve de referência para uma série de benefícios previdenciários, trabalhistas e assistenciais.

Entre os principais pagamentos diretamente influenciados estão:

aposentadorias e pensões do INSS vinculadas ao salário mínimo;

Benefício de Prestação Continuada (BPC);

seguro-desemprego;

abono salarial.

As contribuições previdenciárias dos Microempreendedores Individuais (MEIs) também têm como referência o salário mínimo e, portanto, tendem a aumentar com a correção do piso.

Segundo dados apresentados pelo governo, aproximadamente 45% dos benefícios do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) têm valor vinculado ao salário mínimo.

Aumento melhora renda, mas pressiona as contas públicas

O reajuste acima da inflação possui um efeito positivo direto para milhões de brasileiros que recebem o piso nacional, mas também representa um desafio para as contas públicas.

Isso ocorre porque uma parcela significativa das despesas da União está vinculada ao salário mínimo. Quanto maior o reajuste, maior tende a ser o impacto sobre os gastos com aposentadorias, pensões, BPC e outros benefícios.

O dilema, portanto, está em equilibrar a necessidade de garantir ganho real para a população de menor renda com o controle das despesas obrigatórias do governo.

Segundo Dario Durigan, o Orçamento de 2027 será elaborado considerando esse impacto. O ministro também afirmou que o governo pretende preservar a política de valorização real do salário mínimo enquanto busca controlar o crescimento de outras despesas obrigatórias.

Valor definitivo só será conhecido no fim de 2026

A projeção de R\$ 1.741 ainda precisa passar pelo processo orçamentário e poderá sofrer alterações conforme o comportamento dos preços ao longo dos próximos meses.

O PLOA será encaminhado ao Congresso até 31 de agosto, onde será analisado pelos parlamentares. Já o valor definitivo do salário mínimo deverá ser conhecido no fim de 2026, após a divulgação do INPC acumulado até novembro.

Se a estimativa atual for mantida, o novo piso nacional de R\$ 1.741 entrará em vigor em janeiro de 2027.

O reajuste, portanto, representa mais do que uma atualização salarial: é uma decisão que afeta diretamente o orçamento de milhões de brasileiros e, ao mesmo tempo, exige do governo atenção ao equilíbrio das contas públicas.

Foto: Divulgação

<https://www.jornalpanfletus.com.br/noticia/8724/salario-minimo-pode-chegar-a-r-1-741-em-2027-mas-valor-ainda-depender-da-inflacao> em 26/08/2026 03:28